

# Ajuste do cruzado reacende debate sobre moratória

HELOISA ARRAES

SÃO PAULO — As correções do Plano Cruzado, editadas pelo Governo há duas semanas, e os motivos que levaram as autoridades econômicas a adotar essas medidas, tais como a queda no superávit comercial, estimado em US\$ 250 milhões (Cz\$ 3,548 bilhões) no mês de novembro, e a controvérsia sobre as reservas cambiais de que o País dispõe, levantaram uma velha discussão sepultada há pelo menos dois anos: o Brasil deve ou não decretar uma moratória unilateral?

Que a remessa de US\$ 1 bilhão por mês ao exterior, a título de pagamento de uma dívida externa que já acumula US\$ 100 bilhões, constitui sangria com a qual o País não pode conviver, sob pena de ver irreversivelmente comprometidos todos os esforços já feitos pela sociedade para a recuperação da economia, todos concordam, a começar pelo Presidente Sarney e pelo Ministro da Fazenda, Dilson Funaro.

As autoridades preferem falar, entretanto, numa renegociação da dívida, com redução das taxas de juros cobradas pelos credores, e em apoio à essa decisão têm conquistado adesões importantes de membros do próprio Governo, de integrantes do Governo passado e mesmo de empresários.

A favor da moratória, poucos têm se levantado. Além de parcelas do PMDB, entre as quais se incluem o Ministro da Cultura, Celso Furtado e o Governador eleito de Pernambuco, Miguel Arraes, que prefere a expressão "suspensão de pagamento", para evitar o reconhecimento de uma dívida que ele considera ilegítima, a defesa de uma atitude radical tem ficado restrita aos meios sindicais.

Embora o Ministro da Fazenda, Dilson Funaro, tenha negado várias vezes que o Governo cogite decretar uma moratória, representantes de diversos segmentos da economia correram a divulgar suas previsões sobre o que aconteceria ao País se o Governo tomasse tal atitude.

A primeira consequência seria a escassez de petróleo, produto que o Brasil importa para suprir 40 por cento de suas necessidades, atualmente avaliadas em 1,07 milhão de barris/dia — afirma o Presidente da Petrobrás, Osires Silva.

Ao criticar os defensores da moratória, que considera "altamente perigosa e inconveniente", Osires informa que o estoque de petróleo só daria para abastecer o País durante 40 dias.

A recessão também é a consequência prevista por Affonso Celso Pastore, Presidente do Banco Central no Governo Figueiredo. Segundo ele, a

distribuição da renda conseguida através do não pagamento dos juros da dívida significaria aumento de apenas dois por cento na renda nacional. A grande questão que se coloca para as autoridades, na opinião de Pastore, não é a remessa de divisas, mas o que fazer para produzir superávit comercial, só alcançado com o aumento nas exportações. Por isso, o Brasil deve buscar cada vez mais soluções cooperativas com outros países e obter taxas declinantes de juros internacionais, aconselha Pastore.

Em posição oposta a de Pastore, Paulo Francini, Assessor para Assuntos Empresariais do Ministério da Fazenda, considera fundamental a redução da transferência de recursos para o exterior e, a exemplo do que defende Zadrozny, acha que ela deveria ser limitada a 2,5 por cento do PIB.

Outro defensor da negociação da dívida é Abram Szajman, Presidente da Federação e Centro do Comércio do Estado de São Paulo. Para ele, a defesa da moratória por alguns setores não é mais do que pressão, cujo objetivo é levar a uma boa negociação.

— Não há condição de se pagar a dívida externa — sentencia Walter Barelli, Diretor do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), interpretando a posição do meio sindical.